

A ética partidária

OSWALDO EVANDRO C. MARTINS*

Toda organização possui uma correspondente Ética profissional. Deve analogar-se deontologicamente à sua atividade, fazendo que concordem a conduta exteriorizada e a atitude mental. Qualquer membro de um partido político, por exemplo, assim procede. Tal é a pauta filosófica que define o dever.

Qual o dever do político? Não é o dogmatismo de negar, *in limine e ex abrupto* os juízos de valor. Compete e obriga a ele – *verbi gratia vereador* – alcandorar a escala de valores, quer dizer, promover o progresso axiológico, desde a infra-estrutura (valores inerciais e orgânicos), a médio-estrutura (valores socioeconômicos e ludo-estéticos) e a supra-estrutura (valores éticos e místicos). Configura esse esquema a escada de Lavelle,⁽¹⁾ subjacente à Figura 1.

Os valores éticos escalonam-se em políticos, jurídicos e éticos propriamente ditos e são objetivos, mas os valores místicos, diferentemente, são subjetivos – os litúrgicos, os sagrados e os místicos propriamente ditos. Pinçado assim na escala o valor político, não significa que ele se isole e se absolutize. Os valores existem num sistema. O valor social de uma cabeça humana que o homem primitivo exhiba fincada numa estaca no terreiro de sua casa era um troféu consentâneo a seus mores, o qual sem dúvida alguma propiciava a seu proprietário uma possibilidade de poder, isto é, um credenciamento político. Outro exemplo: o botim de guerra de um legionário romano conferia poder ao seu titular.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

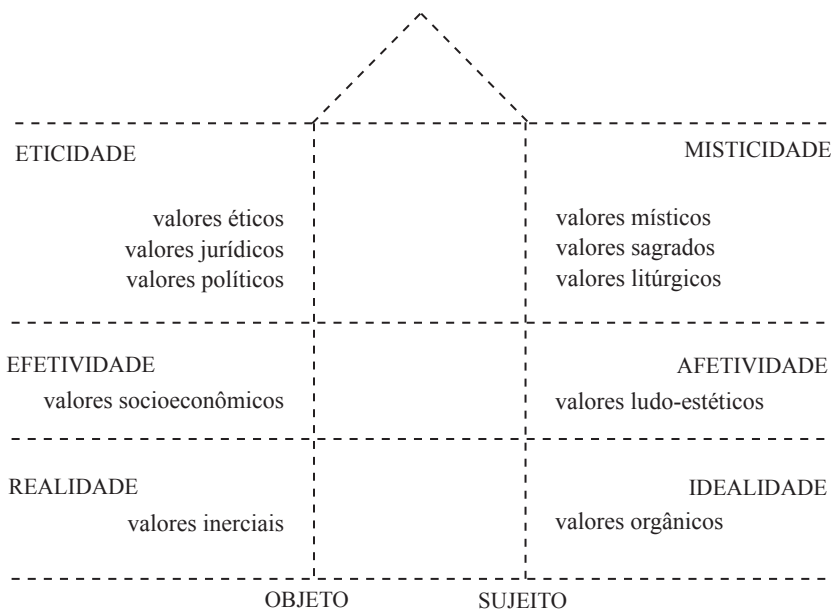


Figura 1 - Escala de Lavelle.

Infere-se dessas ilustrações como o valor político contamina os que lhe estão acima na escala, o que não quer dizer, muito ao contrário, a inexistência de um fluxo inverso, ou seja, de que os valores jurídicos e éticos influam nos valores políticos. O progresso, falando-se axiologicamente, isto é, em valores positivos, é como gás expandindo-se e acumulando-se, quando aquecido, nos níveis superiores.

Hoje, o assassinio e o roubo exemplificados retro são valores negativos, sendo repelidos imediatamente pelos valores jurídicos e éticos. *Ipsa facto*, os valores políticos os reprimem também, mercê das respectivas condutas exteriorizadas que passam a sancioná-los e levam as atitudes mentais à condenação de ambos, tudo em função de uma nova cultura política, de uma educação a esta consentânea, de uma consciência do dever perfectivamente calcada na práxis.

O que sucede em face dos valores jurídicos decorre também dos valores éticos. Há igualmente processo de moralização a condicionar os valores políticos. A atividade política faz parte desse processo, de

forma que o conceito de política transcende francamente e se sobrepõe ao que se vai arcaizando.

A Ética é a ciência filosófica que resolve o problema gnosiológico em todas as estruturas axiológicas e decide das contradições entre conduta exteriorizada e atitude mental. Na mesma ciência considera-se o caráter moral, que é a mais alta expressão de como se desfecha a contradição mencionada, configurado cientificamente pela Caracterologia.

Quando se incute um valor ético na atitude mental, a conduta exteriorizada muda necessariamente, isto é, ocorre uma transmutação de valor. O caráter moral é *conditio sine qua non* de um valor novo e se manifesta: 1) na realidade – vg. Valores inerciais – e na idealidade – vg. Valores orgânicos -; 2) na efetividade – vg. Valores socioeconômicos – e na eficácia – vg. Valores ludo-estéticos -; 3) na eticidade – vg. Valores políticos, jurídicos e éticos – e na misticidade – vg. Valores litúrgicos, sagrados e místicos. Esses, os degraus da escada.

A política evolui não só na região da eticidade, pois os seus valores repercutem na região da misticidade, correspondentemente, tanto que eram os valores religiosos os primeiros que influíram na história. Os governos da proto-história eram teocráticos, isto é, os valores estavam na subjetividade e exerciam efeitos reflexos sobre os demais, os da objetividade. Desse modo, o soberano era às vezes um deus em pessoa para quem todos trabalhavam. Se os súditos percebiam que estavam sendo enganados, deflagravam a luta contra semelhante imoralidade.⁽²⁾

A Ciência Política, entendida como tal em critério e rigor, verificará nos seus protagonistas o caráter moral, a fim de que aflorem conceitos mais adequados ao objeto. Um grupo social que se consciencialize da dignidade, ou repudia e suprime o seu constrangimento, ou se desmoraliza e se deixa aniquilar. A primeira hipótese é a que consente com o caráter moral, sob a égide do qual eclodem os valores éticos que conjuram imoralidade e aniquilamento. Configuram-se então os valores a ser substituídos, que evidentemente serão despojados do poder pelo grupo social que desservem e dessoram mediante a vulneração do dever, o ludíbrio da consciência e a exploração do homem.

Os ritmos do progresso axiológico se aceleram propulsores pela Informática graças à massa crescente de subsídios políticos, suscitando aprimoramento dos valores éticos. A compreensão de política de que

falaram, em tempos menos ou mais recentes, o político Martinho Rodrigues, o jurista Edgard Miranda de Paula Pessoa e até o autor do presente texto filosófico, humilde cultor do conhecimento axiológico, não é mais essa que antes fora. É que a Ciência Política não se coaduna com escritos poéticos anacrônicos dos três, a saber:

MESSALINA

(A. J. Olympio)

Vês aquela mulher? Tem no semblante
As frescas rosas de mentido gaudio.
Formosa como Aspasia deslumbrante,
Possue os crimes da mulher de Claudio.

Encantadora e má! O seu sorriso
Tem veneno subtil que endoia e mata,
Nos prometem deleites do p'raiso
Os lábios onde o goso se retrata

Ai daquela, porém, que no seu collo
Deitar a fronte em horas de delírio;
Marcará co seu sangue o negro solo,
Terá no corpo as chagas do martyrio.

Não te deixes cahir na tentação!
Despresa o seu amor. Que importa a crítica
D'outra doida mulher, a Opinião...
Sabe-lhe o nome? Chama-se... a Política.

(Martinho Rodrigues, in *A Quinzena*, Fortaleza, 1984, p. 23, fac-símile do original de 02/02/1887, reproduzido pela Academia Cearense de Letras e o Banco do Nordeste do Brasil).

POLÍTICOS

Toda essa corja antipática
Que só vive de política
Tem a consciência apática,
Tem a moral paralítica.

Furtar, furtar, eis a tática
Desta praga apocalíptica
Que põe o Brasil na estática
E faz a Nação raquítica.

E sempre se diz católica
Essa casta diabólica
Que mete o povo nas trápolas...

De pacífico e famélico,
Ó, Brasil, muda-te em bélico,
Reduz a pó esses crápulas!

(Edgard Miranda de Paula Pessoa,
Manuscrito, s/d).

A POLÍTICA

Rapinagem, arte bélica,
Pertinência de grupúsculo,
A ciência maquiavélica
Se escreve com pê minúsculo.

De sangue humano famélica,
Sempre opera no crepúsculo:
Vampiro de cara angélica,
Dessora do povo o músculo.
Magistério da sordície,
Retira da superfície
Indícios do que perpetra.

Organiza enfim a máfia:
Faz que sua ação se safe a
Reação que acaso a solettra.

(Oswaldo Evandro Carneiro Martins,
manuscrito de 12/04/2001).

Os valores criam, correspondentemente novos, os deveres éticos, as condutas exteriorizadas e as atitudes mentais. A atividade política se desenvolve sob novos parâmetros. Então passam a vigor preceitos de novo código de ética partidária, que se aplica adequadamente aos políticos. O ludibriar, explorar ou vulnerar as normas promulgadas por esse diploma novo deve acarretar punição política aos seus fautores, pelo menos partidariamente.

Cada corrente de opinião cultiva eticamente ao seu modo a democracia como valor universal. Essa a sua peculiaridade deontológica. Do contrário, seria como é o politeísmo para a religião. Já se dissera na Bíblia que não se serve a dois senhores.

No mundo inevitavelmente multipartidário não há outra regra para alianças à esquerda. É infração mortal concertar-se ideologicamente com a direita, abstendo-se de eticidade na política e assumindo outra conduta exteriorizada, portanto comportar-se incompativelmente com a Ética Partidária. Esta não se compadece com nova atitude mental – extemporânea, outra ou estranha – a presidir o valor político com o cunho de adesão efetiva e não de acordo eventual, a rendição ou o engajamento às hostes a que se deveria opor por dever, e conseqüente chafurdo e engolfamento final da corrupção.

Fique consigo quem assim procede. Quando na prática se faz, na teoria já se fez. Por afeição ao conhecimento axiológico já se advertiu o crivo moral sobre conduta e atitude.⁽³⁾

O compromisso ético permeia os dois pólos da luta política entre valores positivos e negativos e diz respeito particularmente ao poder que executa o código de ética partidária em vigor. As coisas assim são postas no seu devido lugar. Há que confutar o oportunismo político, combater a amoralidade e a imoralidade, erradicar os vícios de partido e extirpar como parasitas os fatores desideologizantes, anti-esquerdistas ou fisiológicos.

Notas

(1) Pode chamar-se a escala de valores de escala de Lavelle (cf. figura 1). É que o filósofo recorrido tem uma concepção vetorial do sistema axiológico, que parte didaticamente do sujeito e do objeto. Compreende-se gnosiologicamente que ambas essas categorias filosóficas reciprocam-se, além de convergirem e coincidirem no máximo da subjetividade e no mínimo da objetividade, respectivamente como valores místicos e éticos em acepção genérica.

Configura-se tal taxionomia e algoritmo com duas retas axiais e paralelas – concorrentes no infinito –. Então se torna fácil inferir onde os valores são, por sucessão ascendente, dispostos e inscritos, e classificados por analogia ao par superior.

Não se faria como não o fizeram os editores póstumos de Lavelle, distorção da idéia originária. Fica-se atreito a isto. “É a esta tarefa que nós nos esforçamos por satisfazer o mais respeitosa e o mais fielmente quanto possível” (Cf. Louis Lavelle, *Traité des Valeurs*. Tomo II, Presses Universitaires de France, Paris, 1955, p. VIII).

O esquema em questão é perfectível, reportando-se a uma forma anterior, embora renomeie valores. “Estrutura-se a escala de valores, que se poderia representar por duas colunas em um artefato artesanal divididas em três degraus correspondentes aos saltos qualitativos da objetividade e da subjetividade, ou seja, horizontalmente, dos valores materiais aos orgânicos, dos intelectuais aos ludo-estéticos, e dos morais aos espirituais; e, verticalmente, na ordem decrescente da objetividade (os valores materiais, intelectuais e morais) e na ordem crescente da subjetividade (os valores orgânicos, ludo-estéticos e espirituais)” (Oswaldo Evandro Carneiro Martins, “Disquitação Axialógica”, in *Revista do Instituto do Ceará* – 2002, Fortaleza, volume 116, p. 88).

(2) Entre a cabeça degolada e o botim de guerra inserem-se na evolução os valores políticos propriamente ditos, ao que se alude na mencionada tomada de consciência escrevemos a respeito:

“Neste período, houve lutas de classe. Na Suméria, por exemplo, o príncipe Urukagina, no ano 2670 a. C., procedeu a uma profunda reforma social para atender as reivindicações e pressões dos súditos explorados pelo sistema vigente, determinando a supressão dos cargos odiosos (Grão-sacerdote, arrecadador de imposto e chefe de armazém de templo subordinado), das normas fiscais injustas (taxa de repúdio da esposa, cobrada pelo rei e pelo ministro, e o tributo em espécie dos pescadores, que foi substituído por dinheiro); e dos abusos econômicos (a utilização e a apropriação dos bens do templo pela família do governante). (Cf. Gabriel Franco, *História de La Economia por los Grandes Maestros*, Aguilar: Madri, 1965, p. 27). No Egito, por outro lado, houve um levante geral por várias décadas, durante o Médio Império (2065-1785), que foi descrito numa carta do súdito Ipour ao Faraó de cujas informações consta que “os rebeldes eram miseráveis que nada possuíam. Aprisionaram o rei, expulsaram os ricos de seus palácios, arrastaram as múmias dos Faraós para fora de suas tumbas, ocuparam os templos e puseram fim aos ofícios religiosos. Apoderaram-se dos armazéns dos senhores e dos sacerdotes, e declararam de propriedade nacional todo o trigo que eles continham. Instalados nas residências dos ricos, os insurretos vestiram as roupas e usaram os adornos dos senhores que obrigaram a trabalhar para eles. Segundo expressão de Ipour, a terra girou como um torno de oleiro. Os insurretos tomaram o Palácio da Justiça, destruíram os processos, lançaram à rua os pergaminhos da lei e suprimiram os escribas e suas listas de coleta. A casa do rei ficou sem contribuições e os templos sem oferendas”. (Cf. V. Diákov e S. Covaliov, *História da Antiguidade*, primeiro volume, Fulgor: São Paulo, 1965, p. 195, in Oswaldo Evandro Carneiro Martins, “Lutas de Classes na História”, autógrafos).

⁽³⁾ “Ser ético, portanto, é ter a ciência e consciência do dever, a responsabilidade por sua ação, a identidade atitudinal entre o que se faz e o que se pensa”. (Cf. Oswaldo Evandro Carneiro Martins, “Uma abordagem da Ética Profissional”, in *Revista do Instituto do Ceará*, tomo CXII, ano CXII, volume 112, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 1998, p. 218).

Impõe-se, pois, um código de ética partidária como instância atualizadora, isto em termos amplos de conhecimento axiológico. Há um quartel de século o constatamos:

“Percorrendo a escala de valores no sentido da superestrutura para a base, viu-se quanto decresce a subjetividade. Os valores subjetivos terminam em contradição com os que o são em menor proporção, isto é, àqueles que lhes ficam abaixo na escala. Tal contradição lhes trava o desenvolvimento, como se constata com facilidade. Exemplifique-se: 1) inexistência de uma estatutária islâmica, em virtude da interferência dos valores religiosos nos estéticos; 2) Gauss deixou de divulgar a sua descoberta da geometria hiperbólica antes de Lobatchevsky e de Bolyai, por temor à celeuma que provocariam suas idéias, isto é, impuseram-se-lhe valores sociais em detrimento de valores intelectuais; 3) o funcionário público é um trabalhador acicatado pelo custo de vida, tanto ou mais que os trabalhadores marítimos, mas em virtude de prescrição legal do seu estatuto não faziam greve, o que demonstra prevalência dos valores jurídicos sobre os econômicos, a qual pode inclusive levar à proibição política geral das greves” (Cf. Oswaldo Evandro Carneiro Martins, *O Autor e o Ator – Ensaio Marxista de Antropologia Filosófica*, Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 1994, p. 159).